

Rogério Miguel Puga, *Imagologia e Mitos Nacionais, O Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (C.1550-1902) e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga.* Lisboa e Goa: Caleidoscópio, 2014.

João Paulo Ascenso Pereira da Silva
FCSH – UNL/CETAPS

O estudo de imagens de Portugal na Literatura Inglesa, a representação de figuras míticas e temas lusos nas letras britânicas tem vindo, ao longo do século XX, a merecer a atenção por parte de académicos, intelectuais e escritores portugueses, sobretudo desde o início da década de 1980, no âmbito das actividades desenvolvidas no Centro de Estudos Anglo-Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, mais recentemente, já no início deste século, sob a égide do CETAPS, Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies. Importa sublinhar que as centenas de estudos efectuados no âmbito da escrita de viagens inglesa sobre Portugal, bem como da representação de algumas figuras míticas portuguesas que, desde o Renascimento, vieram a fascinar os homens de letras britânicos (*e.g.* D. Sebastião, Inês de Castro, Camões e, num plano mais secundário e de modo mais superficial, o Marquês de Pombal), se fica a dever ao trabalho sistemático, persistente, exaustivo e, em larga medida pioneiro, realizado por Maria Leonor Machado de Sousa e pelos seus discípulos e continuadores.

Por outro lado, quer no Reino Unido quer em Portugal, tem vindo a crescer o número de trabalhos académicos dedicados à análise da representação da Grã-Bretanha, da sua cultura, da sua história e

das suas letras na Literatura Portuguesa. O exame das relações luso-britânicas na literatura portuguesa, da representação do imagótipo do britânico, de estereótipos da vida, da sociedade e da cultura inglesas entre os intelectuais e poetas portugueses, tem vindo a ocupar um espaço cada vez mais significativo no domínio dos Estudos Anglo-Portugueses. Citaremos a tal propósito os trabalhos que Maria Teresa Pinto Coelho tem vindo, desde há várias décadas, a desenvolver, e podemos, sem de modo algum incorrer em erro, considerar que o volume que nos propomos aqui recensear, da autoria de Rogério Puga, se insere largamente nesta perspectiva do estudo do(s) olhar(es) português(es) sobre a “pérfida Albion”, a mais antiga aliada lusitana e sua rival na corrida das potências europeias pela expansão colonial, inicialmente no Oriente, mas sobretudo no Continente Africano, a partir de meados de Oitocentos, processo vulgarmente designado de *Scramble for Africa*.

Partindo de uma breve leitura e confessa “paráfrase” do “Prefácio” de Delfim Correia da Silva (9-10) ao volume de Rogério Puga, afirmaremos que o episódio do Magriço e dos Doze de Inglaterra marca uma presença constante e recorrente nas letras portuguesas desde 1550 até à actualidade, com particular relevo para os quatro séculos posteriores à publicação de *Os Lusíadas*, no século XVI (1572).

De acordo com Rogério Puga, o “(...) objectivo do seu trabalho foi procurar demonstrar a utilidade da imagologia para o estudo de auto- e hetero-estereótipos, ou imagótipos veiculados por mitos nacionais e proceder a uma análise transtemporal da iconoesfera do episódio-mito na literatura portuguesa, e especificamente em *Doze de Inglaterra (DI) (...)*”, (11) poema-narrativo da autoria de Teófilo Braga, publicado em 1902, doze anos volvidos sobre o *Ultimatum*, que pretendia ser o quarto volume de uma colecção e de um grandioso projecto, que o futuro Presidente da República viria a intitular de “Alma Portuguesa: Rapsódias da Grande Epopeia de um Pequeno Povo”. (12) Porém, como teremos oportunidade de constatar ao longo desta recensão, o autor não se limita a proceder a uma análise do texto supramencionado, procurando, ao longo de toda a primeira metade do seu ensaio, debruçar-se, por vezes de forma profunda e exaustiva, sobre as variantes literárias do tema desde o século XVI, no que respeita os protagonistas, o espaço e os estereótipos nacionais. Procura, deste modo, não só entender a evolução do mito em si

mesmo, assim como do seu significado em cada momento da nossa História, mas a própria forma como as representações literárias do episódio dos Doze de Inglaterra viria, por via literária, a enraizar-se no imaginário colectivo português até ao presente. Outra questão levantada por Rogério Puga é a influência exercida por diferentes poetas e autores, desde o século XVI, sobre Teófilo Braga e a narrativa *Doze de Inglaterra* (1902),¹ sobretudo Luís de Camões e Almeida Garrett, e o próprio exercício intertextual, consciente ou inconscientemente, efectuado pelo poeta na concepção do seu poema.

Para aqueles que eventualmente considerarem que a abordagem do episódio dos Doze não constitui uma efectiva novidade no âmbito académico, tendo em conta estudos cronologicamente anteriores realizados no domínio da historiografia, como os de Artur Magalhães Basto (1935)² e de Carlos Riley (1988),³ importa frisar que ambos abordam apenas a sua dimensão histórica, tomando como referente sobretudo a versão original quinhentista. O trabalho de Rogério Puga analisa transversalmente a evolução do mito desde Quinhentos até ao século XXI, com particular destaque para a sua leitura do texto teofiliano. Por outro lado, não podemos deixar de constatar que, não obstante a juventude do autor do estudo sobre o qual agora nos debruçamos, o seu trabalho é profundamente inovador e meritório, pela sua extensão e pela sua exaustividade, bem como pela solidez da moldura teórica, ecléctica e diríamos quase “polissistémica”, adoptada na análise do *corpus* textual. Numa perspectiva eminentemente comparatista (que nos remete inevitavelmente para a matriz dos Estudos Comparados Anglo-Portugueses), o autor recorre abundantemente a conceitos teóricos do domínio da imagologia literária e cultural, da teoria da recepção, do estudo de temas e mitos literários e da antropologia, nunca perdendo de vista a problemática da relação entre discurso literário e narrativa historiográfica. Podemos afirmar que, apesar de ser ainda um jovem académico e investigador, Rogério Puga revela neste trabalho uma maturidade intelectual e científica invulgares, pela fluidez discursiva,

-
1. V. *Os Doze de Inglaterra, Poema*. Porto: Livraria Chardron, 1902.
 2. *Relação ou Crónica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1935.
 3. “Os Doze de Inglaterra: Ficção e Realidade”. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1988.

pela qualidade que demonstra do ponto de vista estilístico, assim como pelo modo assaz inteligente como articula o seu discurso e estrutura todo o ensaio.

O volume *Imagologia e Mitos Nacionais, o Episódio dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa (c.1550-1902) e o Nacionalismo (Colonial) de Teófilo Braga* constitui uma versão revista e alargada da dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses (variante de Literatura Portuguesa), orientada por Maria Leonor Machado de Sousa e defendida na FCSH/UNL em 2006, cujo título original era “A ‘Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra’ por Teófilo Braga: Rupturas e Continuidades em Torno de um Episódio Literário”.⁴ Partindo dessa versão inicial, de grande qualidade mas obviamente mais modesta nos seus propósitos e objectivos, que se detinha sobretudo em temáticas associadas às relações luso-britânicas no poema narrativo de Teófilo Braga, Rogério Puga esclarece, no capítulo introdutório, (9,11) que ambicionou na versão final, dada à estampa pela Caleidoscópio, analisar os auto-/hetero-estereótipos (imagens nacionais) e o sustentáculo ideológico do poema, que designa por “(...) ideologia nacionalista da obra, que recupera um antigo mito nacional histórico-literário.” (11)

Antes mesmo de nos debruçarmos atentamente sobre a estrutura do volume em epígrafe e de procedermos à sua leitura e apreciação mais exaustiva, passaremos desde logo a uma apresentação sumária das credenciais do autor e do seu percurso enquanto académico e investigador, procurando efectuar uma síntese da sua vasta produção bibliográfica. Rogério Miguel Puga desempenha as funções de Professor Auxiliar no Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, desde 2014, tendo-se doutorado em 2007, naquela instituição académica com a dissertação *A World of Euphemism: Representações de Macau na Obra de Austin Coates: City of Broken Promises enquanto Romance Histórico e Bildungsroman Feminino*, orientada por João Paulo Pereira da Silva.⁵

4. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

5. A sua tese estaria na origem do volume publicado dois anos mais tarde: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia /MCTES, “Coleção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”, 2009.

Importa, porém, sublinhar que a sua produção científica é vastíssima, incluindo cerca de uma dezena de livros, bem mais de meia centena de artigos, traduções, prefácios e edições dos mais diversos volumes, artigos publicados em jornais, muitas dezenas de comunicações, palestras e conferências. Limitar-nos-emos por esse motivo a citar apenas os títulos que nos pareceram merecer maior destaque, nomeadamente alguns livros, que, para além das dissertações de Mestrado e Doutoramento, veio a publicar entre 2006 e 2015: *O Essencial sobre o Romance Histórico* (2006),⁶ *A Presença Inglesa e as Relações Anglo-Portuguesas em Macau (1653-1793)* (2009),⁷ *Chronology of Portuguese Literature, 1128-2000* (2011),⁸ *The British Presence in Macau, 1653-1793* (2013),⁹ *Lewis Carroll, Alice para os Mais Pequenos. Tradução, notas e posfácio de Rogério Miguel Puga* (2015),¹⁰ *O Bildungsroman (Romance de Formação): Perspectivas* (2016).¹¹

Rogério Puga obteve o grau de Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Ingleses, no ano de 1988, e a Pós-Graduação no Ramo de Formação Educacional/Estágio, dois anos mais tarde, naquela instituição académica. Em 2006 alcançou o grau de Mestre em Estudos Anglo-Portugueses (Literatura Portuguesa), com a dissertação que, como afirmámos, daria origem ao volume que pretendemos agora recensear. As suas provas de Doutoramento, a que aludimos no parágrafo anterior, tiveram lugar no ano subsequente, precisamente na instituição universitária em que Rogério Puga obteve os graus académicos anteriores. Ainda em 2007 complementaria a sua formação com o Pós-Doutoramento, obtido durante o ano lectivo de 2007-2008, na Universidade de Lisboa.

No que respeita a sua experiência profissional, de natureza muito diversificada e de âmbito nacional e internacional, o autor iniciaria o seu percurso como assistente na Universidade Nova de Lisboa no ano lectivo de 1999, prosseguindo ainda na mesma categoria para o Instituto Superior de Educação e Ciência, entre Setembro de

6. Lisboa: Imprensa Nacional—Casa da Moeda, 2006.

7. Lisboa: Centro de História de Aquém e Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores) e Centro Cultural e Científico de Macau, 2009.

8. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2011.

9. London and Hong Kong: Royal Asiatic Society, Hong-Kong University Press, 2013.

10. Lisboa: Vega, 2015. Reeditado no mesmo ano na Irlanda: Portlaoise: Everttype, 2015.

11. Londres e Lisboa: CETAPS, FCSH/UNL, 2016.

2000 e Junho de 2005. Entre Setembro de 2007 e Agosto de 2009, foi Professor Auxiliar na Universidade de Macau e, entre Setembro de 2011 e Agosto de 2014, Professor Adjunto no Instituto Politécnico de Lisboa. Em Setembro de 2009, foi-lhe atribuída uma bolsa de investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo desempenhado as funções de Investigador Auxiliar do CETAPS, na FCSH/UNL. No ano lectivo de 2014-2015 foi contratado como Professor Auxiliar Convidado por esta última instituição, tendo obtido o cargo de Professor Auxiliar, por concurso público, em 2017. Desempenha paralelamente funções semelhantes no Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, desde Janeiro de 2015.

O autor é actualmente investigador no CETAPS da FCSH/UNL, colaborando igualmente com outras unidades de investigação, quer na instituição em que lecciona quer noutras faculdades. Citaremos a tal propósito o Centro de História de Aquém e Além-Mar da UNL, o Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Interculturais do Instituto Superior de Administração e Contabilidade do Porto (ISCAP).

A esfera de investigação e a produção científica de Rogério Miguel Puga é sem dúvida multifacetada e ecléctica. Ela tem vindo, contudo, a incidir preferencialmente sobre os domínios dos Estudos Anglo-Portugueses, da Literatura Inglesa, da Literatura de Viagens, dos Colonialismos Comparados (Estudos Pós-Coloniais), da História de Macau e, mais recentemente, da literatura infanto-juvenil, área de estudos sobre a qual tem vindo a organizar exposições na Biblioteca Nacional de Portugal. Cabe finalmente aludir à vasta experiência do autor enquanto coordenador e responsável editorial de dezenas de volumes, lista infindável de títulos que obviamente nos eximimos de citar. O autor tem participado igualmente no corpo redactorial ou editorial de diversas publicações científicas, de diferentes especialidades, nomeadamente: *Romance Studies*; *Anais da História de Além-Mar*; *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*; *European Journal of Macau Studies*; *OP. CIT.: A Journal of Anglo-American Studies*, desempenhando a função de *reviewer* de outras tantas revistas académicas e *journals*.

Para além da introdução e da conclusão, o volume *Imagologia e Mitos Nacionais*, encontra-se estruturado em duas secções praticamente simétricas – “Parte Primeira – O Mito Nacional dos Doze de Inglaterra na Literatura Portuguesa até à publicação do Poema

Narrativo de Teófilo Braga (1902)” e “Parte Segunda – A ‘Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra’ por Teófilo Braga”, a primeira das quais se encontra articulada em dois subcapítulos, estando a segunda estruturada em seis subcapítulos distintos. Assim, e de acordo com as palavras do autor, na “Introdução” ao volume, ao longo da primeira parte do ensaio, são estudadas as múltiplas variantes do tema, desde o século XVI, no que respeita o espaço e os estereótipos nacionais, elementos retomados e revisitados ciclicamente, por um sem número de poetas portugueses, ao longo de quatro séculos. Esta secção do volume em apreciação permitiria a Rogério Puga proceder a uma abordagem diacrónica da evolução do mito nas nossas letras, das inovações introduzidas por diferentes autores, bem como da sua sedimentação no imaginário colectivo do povo português, através da disseminação da representação do episódio efectuada por Camões, em *Os Lusíadas*, por via do sistema escolar, e da sua inevitável popularização e democratização, que redundariam na sua recuperação e ressurgimento em determinados momentos da história social e cultural portuguesa, quer ao longo do século XIX quer já na segunda metade do século XX. Recordemos a tal respeito o célebre episódio da deslocação da Selecção Nacional ao Reino Unido, em 1966, liderada por Otto Glória, quando a equipa portuguesa passa a ser apelidada pelos *media* de “Magriços Renascidos.” A própria disputa da fase final do Campeonato do Mundo, onde a selecção lusa conquistaria o terceiro lugar, reflecte não apenas a perenidade da temática da cavalaria no imaginário ocidental, como “ ‘uma evocação da lusitanidade,’ através da analogia deliberadamente estabelecida entre ‘Magriço Eusébio’ e os jogadores e os Doze de Inglaterra, como reserva do património ideológico da nacionalidade.” (Puga: 12-13)

Acrescentaremos a tal propósito que o feito alcançado pela equipa portuguesa em 1966, seria sabiamente aproveitada pelo Estado Novo e pelos *media* nacionais, precisamente com uma motivação político-ideológica algo evidente. Tratava-se de um período de “crise” nacional, tal como aquele que se vivera em 1890, em que se combatia aquilo a que alguns historiadores já chamaram a “última

guerra imperial".¹² Num momento histórico em que as restantes nações europeias haviam atribuído a auto-determinação às suas colónias, Portugal achava-se na iminência de perder aquilo que restava do seu vetusto império colonial (as então chamadas "Províncias Ultramarinas", num registo que hoje classificaríamos de politicamente correcto). O país encontrava-se crescentemente isolado no plano diplomático e, quer o Conselho Geral, quer o Conselho de Segurança da ONU aconselhavam Portugal a descolonizar. Como se sabe, o processo tivera início em 1961 com a ocupação da Índia Portuguesa pela União Indiana, prosseguindo com o conflito nas colónias africanas, que perduraria até 1974. O longo processo da Guerra Colonial significaria para Portugal o seu crescente isolamento do ponto de vista diplomático, sendo progressivamente abandonado e hostilizado, inclusivamente por alguns aliados da NATO, bem como pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (e obviamente pelo Bloco de Leste, que apoiava os movimentos de libertação), assim como por nações da Europa Ocidental, sobretudo os países do Benelux e as nações escandinavas. A crescente aproximação de Portugal às auto-proclamadas "repúblicas brancas" da África Austral (África do Sul e Rodésia, onde vigorava o regime do *Apartheid*) e as relações de boa vizinhança e entreatura com elas mantidas levariam, inclusivamente, em 1965, ao bloqueio do porto moçambicano da Beira pelas forças navais inglesas, que procuravam impor a resolução da ONU, decretando sanções económicas à república secessionista da Rodésia, liderada por Ian Smith.¹³ Também aqui, Portugal, "orgulhosamente

12. V. António José Telo. "Política Externa." *Dicionário de História do Estado Novo*. Dirs. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. 774.

13. V. José Medeiros Ferreira. "Aliança Luso-Britânica." *Dicionário de História do Estado Novo*. Dirs. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. 34-35. O bloqueio ao porto moçambicano da Beira pelas forças navais britânicas foi aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU (Resolução nº 221, de 9 de Abril). Era através da Beira que a Rodésia, nação que declarara unilateralmente a sua independência em relação ao Reino Unido e que, pela sua situação geográfica, não tinha acesso directo ao Oceano Índico, recebia regularmente fornecimentos de combustível por via terrestre (pelo Caminho de Ferro da Beira, por estrada e por oleoduto) e procedia à exportação dos seus produtos: amianto, minério de ferro, crómio, zinco, produtos agrícolas e carne.

De acordo com o autor, o Reino Unido aconselhou por diversas vezes, ao longo das décadas de 60 e 70, Portugal a sentar-se à mesa das negociações com os movimentos de libertação. É igualmente sabido que determinados sectores da esquerda britânica e alguns *media* denunciavam abertamente as atrocidades cometidas pelas forças armadas portuguesas no teatro de guerra.

só", fora traído pela velha aliada e por outras nações amigas, por motivos que ocultavam obviamente interesses inconfessáveis de teor económico e geoestratégico, como o futuro viria a demonstrar.

O mito literário em questão ficcionaliza, deste modo, logo a partir dos primeiros textos quinhentistas, os primórdios das relações luso-britânicas, a história da Dinastia de Avis e, em particular, das famílias Coutinho e Vaz de Almada, tendo sido deliberadamente usado e revisitado, com propósitos de natureza ideológica, sobretudo durante o século XIX e após o *Ultimatum* (1890), com o propósito explícito ou implícito de condenar a mais velha aliada de Portugal, a Grã-Bretanha, no âmbito daquilo que Rogério Puga designa como "nacionalismo colonial", (12, 18-20) verberando a sua ganância e a sua traição à sua antiga aliada.

Tal como afirma Rogério Puga, muito embora o objectivo do seu volume não seja proceder a um tratamento exaustivo dos contextos de produção e de recepção dos textos que abordaram a figura mítica do Magriço e dos seus onze companheiros, dos pontos de vista literário e ficcional, de Jorge Ferreira de Vasconcelos a Teófilo Braga, as aventuras dos cavaleiros lusos constituíram motivo e tema literários durante cerca de cinco centúrias. Esse fenómeno de revisitação literária e mitificação presta-se a um estudo no âmbito das relações luso-britânicas, que serviria largamente de mote ao volume *Imagologia e Mitos Nacionais*. De acordo com o nosso autor, desenvolve-se desde o século XVI: "(...) [U]ma rede de (inter)textos e de interdiscursos que textualiza imagens ideológicas e idealizadas do Outro inglês e do *Self* português, num passado recuado e glorificado." (Puga: 16-17) Deste modo, um dos objectivos centrais traçados pelo autor para este trabalho é precisamente a representação da Grã-Bretanha e do mundo anglófono na literatura portuguesa, prestando um contributo para a análise do estereótipo da Inglaterra enquanto velha aliada (mas igualmente rival) no imaginário literário nacional, tomando como objecto de análise o mito dos Doze.

A primeira parte deste ensaio, cujos objectivos se encontram exaustivamente delineados na "Introdução," (17-24) encontra-se articulada genericamente em duas secções distintas. Consideramos que, na primeira (1.1.), intitulada "Imagologia, Identidade(s) e Mitos Nacionais Literários", se encontram delineados os fundamentos e a moldura crítica aos quais todo o trabalho se encontra subordinado. Trata-se

de uma secção de natureza teórica, que na realidade se revela um excelente texto doutrinário, ao longo do qual, com particular mestria, Rogério Puga define conceitos-chave, como imagologia, nacionalismo e identidade nacional, a partir dos quais procederá na secção seguinte e nos capítulos subsequentes (com particular destaque para a segunda parte da obra) ao estudo da evolução do episódio dos Doze até ao século XIX. Assumindo uma perspectiva que nunca poderia deixar de ser comparatista, o autor pretendeu contextualizar o poema teofiliano numa longa tradição de abordagem do mito. Ao estudar atentamente os paratextos das três obras que integram a colecção “Alma Portuguesa”, os apartes em *Doze de Inglaterra* e outros escritos de Braga, Rogério Puga não esquece que, na sua totalidade, eles revelam a carga ideológica do projecto, o seu propósito de cariz nacionalista e cultural e o próprio objectivo didáctico da obra, através da qual Teófilo, republicano e iberista, terá pretendido prestar o seu contributo para o “(...) enriquecimento da memória colectiva e da identidade cultural, com base em auto- e hetero-estereótipos e na comparação por (dis) semelhança com a Grã-Bretanha.” (18) Deste modo, a abordagem crítica de *DI* terá alegadamente permitido ao autor estudar a actividade de Teófilo Braga como ideólogo e “(semi)mitógrafo”, (18) aquele que procede a uma recriação de narrativas de identidade nacional, mitificando e glorificando o passado, com o propósito de entender o presente e definir ou descortinar o futuro. Nessa medida, e na senda de Eduardo Lourenço, (18) Rogério Puga defende ser o nacionalismo um fenómeno não apenas político, mas também cultural e presente no quotidiano de qualquer povo.

O nosso autor não poderia deixar de nos recordar que o nacionalismo de Teófilo Braga e, de um modo geral, do republicanismo português, “(...) não advoga lealdade à Monarquia após o Ultimato, tentando capitalizar o descontentamento popular para instaurar a República. (...)” (20) Assim, o orgulho nacional que *DI* pretendeu despertar, à data da sua publicação em 1902, é de natureza histórica, social e cívica, não pretendendo de modo algum sustentar o regime político então vigente, mas sim transformar a memória histórica em instrumento que favorecesse a coesão e o ressurgimento da nação portuguesa, no contexto de uma federação de repúblicas ibéricas. (20)

Nas sucessivas secções em que se encontra organizada a primeira parte do volume e, mais precisamente no ponto 1.2.2., “O Mito

Nacional dos Doze de Inglaterra como Tema Recorrente na Literatura Portuguesa,” o nosso autor dedica-se, no fundamental, à abordagem de duas questões consideradas cruciais: a função do mito nacional literário e a relação entre história e ficção, em que Rogério Puga se debruça sobre a representação literária de figuras históricas referenciais (neste caso Álvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço, e Álvaro Vaz de Almada), efectuando um longo e exaustivo elenco dos principais textos anteriores ao poema narrativo de Braga, alusivos ao episódio dos Doze. Esta última secção reveste-se, de grande interesse, não obstante a sua dimensão, pois nela Rogério Puga não se limita a enumerar textos, mas igualmente a estabelecer relações intertextuais entre eles, procedendo nalguns casos a uma abordagem sumária dos mesmos. Em cerca de quarenta páginas, o autor procede, nalguns casos, à elocagem de textos e autores considerados no presente contexto paradigmáticos e, em muitos outros, a uma análise (ainda que, nalguns casos bastante sumária de dezenas de textos) alusivos ao mito nacional dos Doze.

Nessa medida, no ponto 1.2.3., o autor toma como ponto de partida o manuscrito quinhentista intitulado “Cavalarias de Alguns Fidalgos Portugueses” (c.1550), (66-71) anteriormente estudado por Carlos Riley (historiador e académico que o considera uma transcrição refundida e adulterada de uma primitiva versão da tradição oral), (Riley: 9) passando em revista cronistas medievais, como Fernão Lopes (*Crónica de D. João I*) (1443) (69-71) e a obra de Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* (1567). (77) Segue-se cronologicamente uma análise do episódio dos Doze de Inglaterra em *Os Lusíadas* (1572) de Luís de Camões, texto fundamental que marca uma nova etapa na evolução da representação literária do episódio, transformando-se aquela que até então fora uma narrativa e mito familiar, (cujo objectivo inicial era sobretudo a autopromoção da família Coutinho e a ficcionalização das linhagens destes últimos e dos Almadás) num dos mitos fundadores nacionais. Rogério Puga sublinha a este respeito o carácter decisivo da inserção do episódio no poema épico, para a sua perenidade no imaginário português, nomeadamente na cultura e na literatura. (71-77) De uma perspectiva diacrónica, seguem-se alusões às obras dos comentadores, biógrafos e editores de *Os Lusíadas* e às suas versões do episódio, nomeadamente a Pedro de Mariz e aos seus

Diálogos (1594) (76) e a Manuel Correia (1613) (77) e à sua edição da epopeia camoniana, antecedida de uma biografia do poeta.¹⁴ O autor refere-se igualmente à versão em língua castelhana, da autoria de Manuel Soeiro, contida no volume *Anales de Flandes* (1624). (77-78) De acordo com Rogério Puga a importância deste texto reside no facto de nele se proceder à listagem dos nomes de todos os doze cavaleiros lusos, nele se aludindo em simultâneo a alguns combates de Magriço e de outros portugueses por terras de França e de Inglaterra. (77-78) Por outro lado, é igualmente sabido que Manuel Soeiro é o primeiro autor a associar os heróis lusos aos primórdios da expansão marítima portuguesa, tendo em conta os laços familiares que uniam as figuras históricas em questão e os seus descendentes às personagens da nobreza lusa que participaram na primeira fase das Descobertas. Seguem-se igualmente alusões a algumas comédias barrocas ibéricas, em que o episódio faz a sua aparição, como a peça *Los Doze de Inglaterra* de Jacinto Cordeiro (1634), (78-80) bem como ao papel determinante assumido pela literatura de cordel na disseminação do mito, durante os séculos XVII e XVIII. (81-82)

O interesse pelo passado medieval e pelas origens nacionais mais remotas conduziria os românticos a uma recuperação do mito. (83-96) Rogério Puga cita a tal propósito diversas obras datadas deste período literário, entre as quais destacaremos o fragmento poético-narrativo de Almeida Garrett, marcado pelo colorido histórico e um *pastiche* do imaginário camoniano, intitulado *Magriço e os Doze de Inglaterra* (1823-1833), (87-94) um dos intertextos do poema teofiliano, em que Magriço é consagrado como símbolo do heróico passado luso e cada vez mais associado à traição colonial britânica. Outros textos da Era Romântica igualmente referidos pelo autor são a peça de Jacinto Loureiro que inaugura o Teatro Nacional, (94-96) os *Versos* (1858) de Francisco Gomes de Amorim, (85) ou Camilo Castelo Branco com a composição poética “Extermínio de Inglaterra/Trovas Alegres” (1890). (99-100) O agravamento das relações luso-britânicas e os sucessivos conflitos e negociações em torno das pretensões imperialistas inglesas em África constituem, sobretudo a partir de

14. Bem como de Manuel de Faria e Sousa e da sua edição comentada da epopeia camoniana: *Os Lusíadas, Comentados por Manuel de Faria e Sousa*. 2 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972 (1639).

1870, motivo para a recuperação do mito dos Doze e de arquétipos e auto-estereótipos nacionais. Deste modo, à semelhança do que sucederá em 1902 com o poema-narrativo de Teófilo Braga, todas as restantes obras que retomam ou revisitam o episódio associam-no ao patriotismo e a ideias nacionalistas, tendência que se acentua após o *Ultimatum*. (96-101) Nessa medida, o mito dos Doze passará a tornar-se parte integrante de toda uma simbologia patriótica e de resistência ao imperialismo britânico, ao longo de todo o período compreendido entre 1890 e a implantação da República. (98-99)

A segunda parte do volume, de título “A ‘Idealização do Tema Tradicional dos Doze de Inglaterra’ por Teófilo Braga” é, sem dúvida, estruturalmente mais complexa, mas igualmente mais abrangente e ambiciosa nos seus propósitos. Ao longo da secção 2.1., intitulada “A Recuperação de Mitos e Auto-Estereótipos na Obra de Teófilo Braga”, o autor pretendeu analisar o processo de representação do mito dos Doze, procedendo à análise de um texto específico – *DI*, de Teófilo Braga. Rogério Puga atribui particular ênfase às rupturas e continuidades na secular tradição de abordagem do episódio na literatura portuguesa, pretendendo oferecer o seu contributo para o estudo deste mito e da sua função na construção da identidade nacional, processo efectuado em simultâneo através evocação do mito da “herança sagrada” construído em torno da epopeia das Descobertas. (105)

Sendo a aliança luso-britânica, a mais antiga no mundo ocidental, em cujos primórdios a acção do episódio dos Doze decorre e sabendo-se que ela é parte integrante da identidade cultural portuguesa, da sua história política e diplomática, não nos poderá causar admiração que Teófilo Braga tenha recuperado num dos volumes integrados na colecção “Alma Portuguesa” (cujo propósito central era reabilitar a alma e o sentimento pátrios), outros episódios lendários e míticos, como a Lenda de Machim. (135-137) A referida colecção é dada à estampa num período posterior ao *Ultimatum*, acontecimento histórico do domínio da política externa e da diplomacia, que virá a assumir repercussões drásticas no âmbito da política interna. Como se sabe, os republicanos viriam a capitalizar os efeitos politico-ideológicos deste acontecimento, nomeadamente o descontentamento popular face à crise económica e à profunda humilhação a que o Reino Unido havia submetido o país, bem como do sentimento

crescente e profundo de decadência nacional. A colecção lançada por Braga pretendia, no essencial, constituir um contributo para o encorajamento moral do povo português, por via de um enaltecimento e sobrevalorização da cultura e identidade nacionais, com base na mitificação de um passado glorioso. (112-118)

Teófilo recupera, de um modo geral, um tema medieval abordado quer por Camões quer por Garrett, efectuando a síntese intertextual das tradições camoniana e garrettiana. (106-108) É precisamente na senda deste último que Teófilo Braga recupera o episódio, assumindo-se como seu continuador, transformando o seu poema-narrativo num intertexto da composição inacabada de Garrett, *Magriço ou os Doze de Inglaterra*. Tendo em conta o cariz medievalizante, nacionalista e historicista do projecto teofiliano, ao ficcionalizar o episódio é inevitável que o autor assuma o poeta romântico como paradigma. (106-107) Braga assume a postura de herdeiro do nacionalismo literário garrettiano e dos seus ideais, tendo em conta que o precursor do Romantismo em Portugal advogava, tal como Teófilo, o carácter cívico da literatura e o regresso às tradições, através do estudo da literatura da tradição oral e do folclore, assumindo ambos os autores o papel de "(...) poeta-cidadão e pedagogo enquanto mestre político e espiritual." (106) *DI* nasce, sem dúvida, de uma síntese em simultâneo camoniana e garretiana, desempenhando Braga um papel precursor no neo-romantismo finissecular, o de porta-voz da alma nacional e de intérprete do *Volksgeist*. Por outro lado, ao mitificar e imitar Camões, Teófilo converte o expoente máximo do Renascimento português no principal intérprete do "espírito de nacionalidade", (106-107) promovendo a centralidade mítica e histórica do poeta no âmbito do nacionalismo cultural e do patriotismo republicanos. É forçoso recordar que o carácter icónico de Camões, iniciado com Garrett em pleno Romantismo, atinge o seu auge nas comemorações do Tricentenário do poeta (1880) e sobretudo com a crise aberta pelo *Ultimatum*, prolongando-se por todo o período finissecular. (107-108) Camões, tal como os paladinos lusos de *DI*, tornam-se importantes forças de coesão e símbolos essenciais para a construção e o reforço da identidade nacional, através das artes e das letras.

Já na secção 2.2., Rogério Puga pretendeu alegadamente efectuar um estudo dos elementos paratextuais da Colecção "Alma Portuguesa", (110-125) nomeadamente das formas e das funções nela

desempenhadas pela retórica nacionalista, no intuito de estimular e despertar a confiança e orgulho nacionais, partindo de uma mitificação de um passado histórico distante e glorioso. (111) Embora este passo do volume nos pareça, por vezes, tornar-se algo redundante e reiterativo, tendo em conta toda a informação fornecida pelo autor a tal propósito em trechos anteriores do seu estudo, não deixa de conter alguns elementos de novidade, nomeadamente quando se afirma que a referida “Colecção”, lançada por Teófilo, constitui uma manifestação fantasiosa do génio nacional e uma reflexão acerca dos mitos fundacionais da nação portuguesa, bem como do seu enraizamento no imaginário colectivo de todo um povo. Tratar-se-ia de uma tentativa de representação literária e ficcional da alma portuguesa, que pretenderia explicar, de uma perspectiva eminentemente cultural, a antiguidade da nação, através de uma evocação da raça, da história, da tradição e da língua, que pretendia na realidade legitimar os interesses nacionalistas lusos coevos. (114-115) Neste preciso contexto, para além da introdução de *Viriato*, romance que versava o mito do herói libertador, fundador e símbolo da independência lusa, torna-se igualmente interessante referir que na mesma colecção figura uma peça dedicada a Gomes Freire de Andrade,¹⁵ ao longo da qual se denunciam os abusos de poder cometidos pelos britânicos em Portugal. (116-117) Trata-se, mais uma vez, de um texto de interesse para os Estudos Anglo-Portugueses, numa colecção que visava mitificar, glorificar e eternizar figuras históricas nacionais, recordando a amizade de Portugal pelos seus aliados britânicos e as sucessivas traições por estes cometidas, ao longo do século XIX.

Já o ponto 2.3. nos remete para a relação entre história e literatura, um dos principais temas do projecto delineado por Teófilo Braga, concorrendo para o seu objectivo patriótico. A tal propósito, Rogério Puga não deixa de sublinhar que Braga adverte permanentemente o leitor de se encontrar face a um exercício de natureza ficcional, que, tal como o romance histórico, mistura de forma premeditada o maravilhoso e o real, bem como episódios históricos e lendários, que remetem sempre e de modo inevitável para as origens nacionais. (126) Concluimos, deste modo, que, através do seu

15. *Gomes Freire: Drama Histórico*. Porto: Livraria Chardron, 1907.

poema narrativo, Braga pretendeu transformar a ficção num repositório da história e de um passado mítico, tornando-a uma fonte de esperança e de ideais para uma nação desmoralizada e sem consciência, pretendendo através da mesma lançar um apelo patriótico aos portugueses. (127).

Sem nos querermos alongar acerca desta parte do estudo que é aqui objecto de recensão, gostaríamos, todavia, de mencionar a secção 2.4., na qual o autor alude à viagem com símbolo de honra e de aprendizagem, remetendo-nos a dado passo para o conceito de *Bildung* e para as semelhanças entre a viagem empreendida pelos paladinos lusos e o romance de formação, eivado como sempre de uma componente pedagógica e didáctica. (131-135, 148-149) Rogério Puga aproveita o ensejo para aludir às componentes de *DI* que se reportam à escrita de viagens, afirmando a dado passo que o poema consiste numa sequência de viagens interiores e pessoais em nome da cavalaria. (150) Nesta mesma secção do seu trabalho, o autor procede a um interessante apontamento em torno do diálogo interartes em *DI*, nomeadamente entre literatura, tapeçaria, música e pintura, aludindo à "(...) transposição intersemiótica de narrativas orais (...) cristalizadas em forma de paisagens artísticas visuais." (144) Rogério Puga cita neste passo de *Imagologia e Mitos Nacionais* o texto introdutório do próprio Teófilo Braga, que nunca deixaria de sublinhar "(...) o poder sugestivo e a expressão universalista da literatura e da arte em geral (...), repositórios por excelência da alma nacional e da nacionalidade", dotados de uma função unificadora das almas pelo sentimento e de uma missão social suprema. (145) Não poderíamos finalmente deixar de nos congratular pelo excelente capítulo (2.6.) inteiramente devotado ao estudo da recepção do poema em Portugal e no Brasil, entre 1902 e 1906. (158-164)

Correndo o risco de nos tornarmos excessivamente exaustivos e entediantes para o leitor, gostaríamos de finalizar, parafraseando mais uma vez o autor. Na verdade, tal como afirma Rogério Puga, as personagens de *DI* tornam-se, através de sucessivas representações literárias do episódio, heróis míticos, que ultrapassaram largamente a fama das figuras históricas de Álvaro Gonçalves Coutinho e de Álvaro Vaz de Almada, os paladinos lusos. Eles foram, desde há séculos, interiorizados e integrados no imaginário colectivo português, podendo ser considerados mitos fundacionais, recuperados por poetas,

como Bandarra, Camões, Padre António Vieira e Fernando Pessoa. Foram eles que, ao longo da nossa história, veicularam através dos seus escritos e das suas obras, temas, valores e ideais como: “A fundação gloriosa de um território sagrado, a antiguidade de um povo escolhido (milagre de Ourique, fundação de Lisboa por Ulisses), o destino grandioso e a missão universal (sebastianismo, Descobrimentos, Quinto Império), a homogeneidade e a superioridade moral (Doze de Inglaterra), bem como a ameaça e os inimigos externos (galo de Barcelos, padeira de Aljubarrota, Mouzinho de Albuquerque).” (51) Pela sua natureza híbrida, fruto do imaginário colectivo, misto de realidade e ficção, razão e emoção, fantasia e consciente, vieram a perdurar até ao presente, fornecendo em determinados contextos específicos a energia moral e social que permitiu, ao longo de séculos, ao povo português enfrentar inimigos externos, adversidades e catástrofes, mudanças sociais e políticas e desafios de vária ordem.

O trabalho realizado por Rogério Puga neste volume honra, sem qualquer dúvida, os Estudos Anglo-Portugueses, enquanto área científica e campo de investigação interdisciplinar. Julgamos por isso que os principais objectivos traçados pelo autor para este ensaio foram plenamente alcançados – proceder a uma análise do poema narrativo de Teófilo Braga e preencher um vazio no âmbito da área científica supramencionada, o da representação do episódio dos Doze na literatura portuguesa. Estão por isso de parabéns o autor, a quem auguramos e desejamos um brilhante futuro enquanto investigador e académico, e a editora Caleidoscópico, ao aceitar o desafio de publicar um trabalho que reputamos de grande qualidade.